

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO FONOAUDIÓLOGO-CRIANÇA

Lúcia Elena Figueredo Neto\*

### RESUMO

*A relação terapêutica em Fonoaudiologia é aqui discutida enfocando-se a relação social adulto-criança. O vínculo fonoaudiólogo-criança é tratado a partir da determinação histórico-social que o permeia, sendo ressaltada a presença do jogo de interesses (de poder) entre o terapeuta e o cliente.*

*Na relação adulto-criança, a autoridade do adulto é vista como natural e necessária, já que a criança é socialmente dependente do adulto devido a sua importância fisiológica. Essa condição gera, além da relação de dependência da criança para com o adulto, a contra-dependência do adulto para com a criança, à medida que o adulto não pode abdicar do seu papel de provedor de proteção e cuidados à criança.*

*Essa dependência social recíproca entre adultos e crianças também deve ser considerada na relação terapêutica. Além dela, outros aspectos peculiares à relação profissional são considerados neste artigo. O principal deles refere-se ao poder conferido ao terapeuta ao possuir este um saber específico que lhe permite agir sobre a criança; esta, por outro lado, ao apresentar o distúrbio de comunicação, leva o fonoaudiólogo a sentir-se comprometido a eliminá-lo. Surgem dessa condição, formas variadas de jogo de interesses entre fonoaudiólogos e crianças.*

*Este artigo pretende levantar alguns aspectos sobre a relação fonoaudiólogo-criança numa perspectiva de análise do papel do terapeuta e da criança na vivência clínica da Fonoaudiologia.*

*No contato com os profissionais da área percebo a tendência de tratar esse assunto sob a ótica da relação indivíduo-indivíduo, com enfoque nas características pessoais (emocionais) de cada um – a subjetividade e a peculiaridade de cada relação são os aspectos mais enfatizados na definição da mesma.*

*Considerando que, tratar a relação tendo como única referência o aspecto afetivo, individualizante, não corresponde à totalidade de sua compreensão, pretendo chamar a atenção para a dimensão social da questão.*

---

\* Fonoaudióloga e professora no Curso de Fonoaudiologia da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

*Convicta de que na construção da relação em fonoaudiologia fatores pessoais e sociais se mesclam e se influenciam, o enfoque de análise terá como abordagem teórica principal a relação social adulto-criança, já que o fonoaudiólogo e a criança serão encarados sob o prisma da determinação social que os define. Não se pode deixar de lado que, antes de qualquer especificação advinda da relação terapêutica e simultaneamente à relação inter-pessoal, o terapeuta e o cliente são seres sociais inseridos num determinado contexto histórico-social.*

## **I – A RELAÇÃO SOCIAL ADULTO-CRIANÇA**

Para chegar aos aspectos da relação adulto-criança numa dimensão histórica, contextualizada, tratarei inicialmente da infância ideologizada e sua desmistificação.

### **1. A Criança Como Ser Social**

A criança não tem sido vista como ser social tanto ao nível do saber institucionalizado como ao nível do cotidiano, das relações corriqueiras entre adultos e crianças.

Na ciência, as áreas preocupadas com o estudo da criança vêm concebendo a infância como abstrata, imutável ao longo das épocas e com total ausência de consideração sobre as variações dos determinantes sociais. Esta concepção remete à idéia de infância como algo regido pelo desenvolvimento 'natural' (biológico) e impulsionado pela idéia metafísica de

Natureza – este enfoque impede a possibilidade de análise da concepção de criança, tendo em vista as várias épocas da história e o contexto social diversificado das sociedades atuais.

Assim, a criança vem sendo estudada de modo fragmentado tanto quanto ao seu próprio corpo como quanto à relação criança-estrutura social. Como resultado do avanço científico e tecnológico, as especialidades se multiplicam e passam cada vez mais a estudar partes da criança, sem buscar compreendê-la no seu todo, inserido num contexto social.

Permanecem então arcabouços teórico-metodológicos inquestionáveis e responsáveis pela perpetuação de uma concepção estática, a-temporal de criança. A sociedade em geral também vê a criança como um ser conduzido pelas leis da Natureza (a essência da criação humana), imputando-lhe características universais e imutáveis.

## 2. Representação da Infância

Motivados pela necessidade de contextualizar o estudo da criança, alguns estudiosos vêm se dedicando à reconstituição da representação da criança nas épocas passadas. Aqui tentarei reconstituir aspectos mais atuais da representação da criança, não sendo nosso objetivo, no momento, descrever a história da idéia de infância.<sup>1</sup>

Charlot (1983), ao tratar da imagem contraditória da criança formada pelo adulto, levanta quatro principais duplas com elementos contraditórios:

- a criança é inocente e má
- a criança é imperfeita e perfeita
- a criança é dependente e independente
- a criança é herdeira e inovadora

*"A criança por ser fraca é inocente e má. Por ser inacabada é imperfeita e perfeita. Por ser desprovida de tudo e ter de adquirir tudo, é dependente e independente, herdeira e inovadora."*<sup>2</sup>

Essa imagem dupla da criança é justificada pelo adulto como algo inerente e dado pela Natureza. Tem, em sua base, o elemento da impotência fisiológica - a criança é vista no âmbito dos poderes fisiológicos, precários e dependentes da ajuda do adulto, e das necessidades naturais, do tipo fome, sede, calor, etc. Esta característica

conduz a uma definição negativa da criança pela sua insuficiência.

Por outro lado, a sociedade faz da infância a representação da felicidade e do descompromisso. Esta sociedade centrada no adulto, o qual é o elemento produtivo principal, vê na criança uma promessa de vida melhor. Com a crítica da sociedade como corrompida pelo adulto, este atribui à criança a salvação da humanidade através da preservação de suas qualidades da natureza boa (a inocência, a espontaneidade, autenticidade, etc.). Este mito conduz à proteção da infância, isolando-a da sociedade, relegando-a a um meio abstrato - a Natureza. A criança é sempre vista como um projeto de um novo adulto e de uma nova sociedade. Pode-se concluir então, que o mito da infância é criação e instrumento de satisfação das aspirações do adulto e da sociedade. Além de projeção quanto às aspirações, também o é quanto às repulsas. Charlot comenta: *"a criança é para o adulto, ao mesmo tempo, um ideal e o símbolo do mal. Se a imagem da criança é contraditória, é precisamente porque o adulto e a sociedade nela projetam, ao mesmo tempo, suas aspirações e repulsas. A imagem da criança é, assim, o reflexo do que o adulto e a sociedade pensam de si mesmos."*<sup>3</sup>

A criança, ao relacionar-se com o adulto, capta essa imagem contraída na relação entre ambos. Procura identificar-se com ela e passa a querer alcançá-la com momentos de aceitação e recusa dessa condição.

É compreensível, com isto, que essa imagem se modifique de acordo com o momento histórico, que seja determinada pelo social. É compreensível também que a imagem atual da criança corresponda à sociedade injusta, repressiva e hierarquizada em que vivemos.

Na Educação, Charlot (1983) apresenta a Pedagogia Tradicional (jesuítica, com início no séc. XVII) e a Pedagogia Nova (Rousseau – séc. XVIII) como fundamentação da nossa prática educativa, sendo que atualmente a Pedagogia Nova possui maior penetração nas escolas. Aqui, ambas também representam a criança como algo mistificado, condizente com a imagem da infância constituída pelos dotes da Natureza. Para a Pedagogia Tradicional, a criança é um ser impulsivo, selvagem e, como tal, possuída pela paixão e pelo mal, necessita ser domesticada pelo educador para que passe a ser moralmente sadia. Já a Pedagogia Nova vê a criança como inocente, espontânea, boa e então, por não ser corrompida, precisa ser prote-

gida e respeitada – vê o educador como aquele que permitirá e facilitará o desenvolvimento natural e espontâneo da criança. A concepção da Pedagogia Tradicional carrega uma conotação negativa da criança e a Pedagogia Nova uma conotação positiva da criança, ambas determinadas pela natureza infantil. Apesar da Pedagogia Nova estar mais próxima de uma visão mais adequada da criança, é evidente sua postura naturalista e biológica da infância, desconsiderando a condição histórico-social da criança.

### 3. A Autoridade do Adulto

Na vida cotidiana não é à toa que a expressão popular 'Foi mais fácil do que tirar doce de criança' é largamente usada. Ela muito bem expressa a imagem de criança impotente à mercê do abuso do adulto.

A criança, sendo socialmente dependente, dada sua impotência fisiológica, sofre o poder do adulto sobre si. A obediência e o respeito são as virtudes primeiras da infância; toda a sociedade adulta tem o direito de dar ordens à criança.

A autoridade do adulto é vista como natural e necessária – a criança deve submeter-se ao adulto, que é naturalmente superior a ela. Essa autoridade é vista como normal e inevitável

já que deve existir 'para o bem' da criança. O adulto considera que a autoridade à qual submete a criança é um substituto da autoridade que a criança deveria exercer sobre si mesma. Esta gostaria de resistir a seus impulsos, mas não consegue, então é necessário protegê-la de si mesma. Qualquer reação da criança é impedida porque emana dessa parte 'rebelde' que a própria criança aspira controlar.

O poder do adulto cristaliza-se na educação através de dois aspectos: primeiro, só é dado ao adulto educar a criança e segundo, a educação formal e informal substitui a adequação da sociedade à criança pela adaptação da criança à sociedade. Este último ponto explica-se pelo fato da sociedade ser centrada no adulto e para que possa sobreviver, usa a educação como fonte de adaptação da criança.

O adulto com poder legitimado torna-se a representação da onisciência e onipotência perante a criança. Vigia, reprime, disciplina de modo explícito ou implícito através de mecanismos de persuasão impregnados de condutas ameaçadoras e de chantagens, tudo em nome da proteção da criança.

#### **4. Desmistificando a Infância**

No relato feito sobre a represen-

tação da infância concebida pelo adulto encontram-se elementos que atestam a valorização e a desvalorização dessa fase inicial da vida. O que está por detrás dessa imagem contraditória?

Segundo Charlot (1983), ela dissimula a real relação da criança com o adulto e com a realidade social e legitima a marginalização e a dominação da criança. Expressa a oposição entre os ideais e os tabus sociais além de mascarar e justificar as desigualdades e lutas sociais.

A criança é absorvida pela sociedade de consumo principalmente como consumidora ou filha de consumidor; é fato comum entre as famílias de baixa renda a entrada das crianças no trabalho marginal (sub-emprego) como fonte de renda.

A violência à criança toma formas camufladas e sofisticadas (por exemplo, massificação através dos meios de comunicação) mas também expressa-se abertamente como comprovam o alto índice de mortalidade, a subnutrição entre nossas crianças e a presença da violência física.

Não é dado o direito à criança de participação em decisões dentro da família, na escola ou em qualquer atividade social da qual participe.

A opressão à criança, segundo Firestone (1976), se faz presente atra-

vés dos seguintes aspectos: dependência econômica e física, repressão sexual, repressão familiar e repressão educacional.

A diferença física entre a criança e o adulto é reforçada ao invés de ser compensada por nossa sociedade atual. A dependência econômica é, para Charlot, o determinante fundamental para a compreensão da relação que se estabelece entre adulto e criança. A criança é considerada pelo adulto como um ser economicamente não-produtivo, que deve ser sustentado e cuidado – esta relação varia de acordo com a classe social a que pertencem. A criança vive cercada de uma situação de sujeição ao adulto, já que depende totalmente deste; nada lhe pertence sendo vista pelo adulto como sua proprietária. A criança tem sido tratada como um ser assexuado; a imagem que lhe é devotada de ingênua, pura, nega-lhe, numa visão preconceituosa, a satisfação de suas necessidades sexuais. A frustração e o sentimento de culpa fazem parte de seus sentimentos.

A dinâmica interna da família, sentindo-se responsável pela proteção da criança, amarra-a nos laços afetivos, tornando-a mais dependente ainda. Essa situação camufla o real papel da criança de sustentáculo e justificativa

para a manutenção da família nuclear.

É na escola que a repressão é devidamente legitimada através do discurso científico que a sustenta e justifica. A disciplina, a vigilância e a segregação em grupos são usadas em nome da educação da criança, para seu adequado desenvolvimento.

## **5. Considerando a Relação Adulto-Criança como Social**

A perspectiva de análise aqui proposta terá como suporte a visão de que as relações humanas caracterizam-se pela dinâmica de ação-reação de seus componentes e pela inevitável contextualização no social.

Foi visto que a criança é um ser socialmente dependente do adulto, a cuja autoridade é constantemente submetida. Essa característica social da criança encontra-se em todos os domínios da realidade social; a criança é sempre vista como inferior ao adulto, econômica, social, física e politicamente.

A imagem contraditória da criança justificada pelo adulto como algo dado pela natureza infantil necessita ser melhor compreendida. As qualidades dadas à criança não possuem em si um valor absoluto, elas são decorrência de um critério de apreciação – é sempre com relação a outro estado possí-

vel que se é fraco, impotente, dependente ou inovador. Parece que o critério aqui volta-se para o processo biológico de desenvolvimento da criança. A base da especificidade infantil é a diferença fisiológica em relação ao adulto sendo traduzida em termos sociais e não da natureza humana. O que não se pode deixar de ressaltar é que a criança, com sua dependência a nível fisiológico, nasce e cresce num meio social; a impotência fisiológica da criança é fonte de relações afetivas e sociais com os adultos que cuidam dela e a protegem.

Negar a relação com o adulto e sua dependência é novamente mistificar a criança. A relação social adulto-criança deve ser compreendida no que ela determina de ação e reação do adulto e da criança num contexto histórico-social dado.

Os aspectos levantados por Firestone (1976) e que foram relatados no item *Desmistificando a Infância* podem conduzir a uma visão unilateral de poder do adulto sobre a criança e à determinação de ausência de possibilidade de reação da criança. Pode-se cair no outro lado da questão, onde a criança é encaixada na imagem universal de criança reprimida e dominada. Sem deixar de admitir que a nossa sociedade caracterizada pelas desi-

gualdades sociais leva o adulto a possuir maior domínio sobre a criança, não se pode deixar de lado a análise do poder que a criança possui, permitindo o jogo de interesses e as relações de força na dupla adulto-criança.

Segundo Charlot (1983), "*a fraqueza fisiológica da criança não é somente fonte de dependência com relação ao adulto. É também do ponto de vista social, poder da criança sobre o adulto*".<sup>4</sup> A condição de impotência fisiológica é denominada por Charlot de poder social da criança. A criança ao ser dependente do adulto também gera a situação de não recusa de proteção e cuidados por parte do adulto; gera-se uma relação de dependência da criança para o adulto e contra-dependência do adulto para a criança.

As crianças por serem tuteladas pelos adultos, especificamente pelos pais, não fazem o que querem; os pais, porque exercem essa tutela, também não são livres para fazer o que querem. Aí está a situação social dos adultos e crianças, as condições concretas de vida em comum – a especificidade infantil (dependência fisiológica) cria uma dependência social recíproca entre adultos e crianças.

## II – A RELAÇÃO FONOAUDIÓLOGO-CRIANÇA

A relação profissional que se estabelece entre fonoaudiólogos e crianças parece ser fortemente marcada por componentes autoritários.

Além da condição social gerada pelos papéis adulto-criança, a presença do distúrbio de comunicação na criança e a posse do saber e da normalidade que o fonoaudiólogo assume, devem ser alguns dos elementos determinantes da especificidade dessa relação. O poder social na criança com distúrbio deve, além de se expressar através da impotência fisiológica, reafirmar-se pela presença do distúrbio; o fonoaudiólogo sente-se, então, comprometido a eliminar o distúrbio.

O cliente que, na linguagem do profissional é mais comumente chamado de *paciente*, chega até ao fonoaudiólogo como um ser incompleto, com 'falta de', improdutivo ou com parte do seu potencial comprometido. A criança é um vir-a-ser com comprometimento, necessitando, portanto, tornar-se um futuro ser produtivo, perfeito.

O terapeuta recebeu um saber específico que o capacita profissionalmente e lhe confere o poder de agir sobre o paciente que, como o próprio nome bem diz, deve receber esse co-

nhecimento de modo passivo, receptivo, paciente. Ao possuir esse saber, o terapeuta guarda para si as especificações das técnicas e protege-se com um linguajar especializado, próprio, ao qual o leigo não tem acesso e onde o profissional legitima seu domínio 'escudado pela ciência'. Nesse sentido, o conceito que o paciente possa ter sobre o normal e o patológico tende a ser desprezado pelo fonoaudiólogo.

Como área de conhecimento, ao importar a concepção de criança principalmente da Psicologia e da Educação, a Fonoaudiologia também termina por tratá-la como a-histórica. A mistificação da criança pelo fonoaudiólogo reafirma-se ao pré-estabelecer um modelo de criança com distúrbio, ao enxergá-la através da patologia que possui. Costumamos dizer a 'criança D.A.' (deficiente auditiva) apresenta tais e tais características, a 'criança P.C.' (portadora de paralisia cerebral) apresenta outras tantas características e assim por diante. Para o convívio na atividade clínica desejamos um modelo ideal de criança onde a obediência e a total receptividade ao processo terapêutico são os requisitos para um 'bom paciente' – situação essa que permite que as ordens do terapeuta possam fluir livremente e sem conflitos.

O terapeuta ao introduzir o pa-

ciente no processo terapêutico, impõe modelos técnicos pré-estabelecidos e prontos; a criança passa então a agir de acordo com esses modelos, com poucas chances de provocar mudanças e participar na condução da terapia.

Na reeducação, o terapeuta muitas vezes toma o cumprimento dos objetivos terapêuticos como prioritários e o paciente, alienado do processo, não pode responsabilizar-se pelo mesmo, tornando-se dependente do terapeuta e condicionando-se a responder de acordo com o esperado. Esse processo conduz à inexistência de um confronto real do paciente com suas dificuldades; a falta de consciência permite fácil manipulação e alienação.

Outro aspecto fundamental a ser considerado e analisado é a utilização da linguagem por parte do terapeuta. O uso de verbalização excessiva levando à maior ocupação de espaço comunicativo pelo terapeuta, é freqüentemente encontrado na relação fonoaudiólogo-criança. Algumas vezes o verdadeiro encontro com o outro é relegado a segundo plano e é dada à 'exercitação da linguagem' o plano de destaque na relação – surge daí uma falsa conversa onde a redundância e o conteúdo vazio predominam. Ainda sobre a linguagem, outro aspecto importante refere-se a sua utilização desconsiderando-se a

determinação do componente social – impomos o nosso modelo de linguagem sem buscar a referência do paciente, do seu meio social. Conhecemos pouco sobre os usos e valores da linguagem e isso agrava-se mais ainda quando lidamos com a comunicação escrita.

A situação terapêutica com a criança tem como intermediário principal o lúdico. A análise da utilização de material não pode aqui ser esquecida. Como fonoaudiólogos acreditamos, sem sabermos muito bem como isso se processa, que é também com brinquedos e brincadeiras que a linguagem se desenvolve e se reestrutura. O uso do lúdico cumpre principalmente duas funções: facilitador da aplicação de determinada técnica; intermediário na construção da relação afetiva entre fonoaudiólogo e criança (a chamada 'interação').

A situação lúdica e o espaço físico do ambiente clínico agradável e aconchegante são elementos que podem escamotear e dissimular formas de dominação que na Fonoaudiologia, acontecem predominantemente de modo sutil e indireto e menos, pelo caminho repressivo e direto. É comum ouvirmos, principalmente entre terapeutas recém-formados, o desejo de trabalhar com as crianças e não com os

adultos, já que a insegurança pode ser escondida por detrás de uma brincadeira e a autoridade ser efetivamente usada com a criança e não com o adulto.

E a criança, como reage a isso tudo?

Pode, em determinadas ocasiões, não aceitar o imposto calando-se ou recusando-se a participar. O terapeuta, querendo ver seu processo bem sucedido, algumas vezes cede, abdicando dos objetivos terapêuticos, mas sempre tomando cuidado para que o domínio da situação permaneça consigo. Outra atitude comum é a de passar a seduzir a criança através de recompensas: 'faça isso que nós brincaremos daquilo', 'faça isso que eu dou aquilo depois'. O uso do lúdico e das guloseimas tornam-se elementos persuasivos. Temos aí constituído o jogo de interesses en-

tre fonoaudiólogo e criança – o terapeuta, querendo alcançar o sucesso, troca com a criança os atrativos maiores do lúdico e das guloseimas. Muitas vezes, a criança passa a manipular a situação só cedendo em troca das recompensas.

Mas, ainda sabemos pouco sobre esse jogo de poder entre terapeuta e cliente. O que foi colocado aqui são algumas alusões apoiadas na reflexão de minha prática clínica e da prática docente de supervisão de estágio em terapia fonoaudiológica. Acredito que a compreensão mais abrangente do tema ocorrerá a partir da especificação do papel do clínico na Fonoaudiologia, da concepção de criança subjacente à prática fonoaudiológica e da existência de estudos empíricos sobre o emaranhado jogo de forças entre o fonoaudiólogo e a criança.

### SUMMARY

*The therapeutic relation in phonoaudiology is discussed here focusing the social relation adult-child. The link phonoaudiologist-child is treated starting in the historic-social determination that intervenes in it, being emphasized the struggle for power between the therapist and the client.*

*In the relation adult-child, the adult authority is seen as natural and necessary since the child is socially dependent on the adult due to his physiological importance. This condition generates, besides the relation of dependence of the child upon the adult, the counter-dependence of the adult upon the child, as the adult*

cannot abdicate from his role of supplier of protection and child care.

This mutual social dependence among adults and children must also be considered in the therapeutic relation. Another aspects peculiar to the professional relation are considered in this article. The principal aspect refers to the power bestowed to the therapist for having this a specific knowledge that gives him power to act on the child; this one, on the other hand, when communication disturbance appears thinks that the phonoaudiologist has the obligation of eliminate it. As a result, various plays of cleverness come out among phonoaudiologist and children.

## NOTAS

1. Autores que tratam detalhadamente a história da criança: ARIËS, P. *História Social da Criança e da Família*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981 e SNYDERS, G. *Não é Fácil Amar nossos Filhos*, Lisboa, Ed. Dom Quixote, 1979. Cito Jurandir Freire Costa em *Ordem Médica e Norma Familiar*, 2ª ed., Ed. Graal, 1983 como autor brasileiro preocupado com o tema família e com isto tratando da relação adulto-criança.
2. CHARLOT, B., *A Mistificação Pedagógica*, p.104.
3. Idem, pp.108-109.
4. Idem, p.249.

## BIBLIOGRAFIA

- CHARLOT, B. *A Mistificação Pedagógica*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.
- FIRESTONE, S. *A Dialética do Sexo*. São Paulo, Editorial Labor do Brasil, 1976.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.
- ROSEMBERG, F. 'Educação: Para Quem?' in *Ciência e Cultura*. Vol.28, nº22, dez./1976.
- VIEIRA, S.M.M.; BARRETO, E.M.P.; GRITZ, M.; PAGLIARI, V.L.F. 'A Interação Terapeuta-Paciente em Contexto de Terapia Fonoaudiológica' in *Educação e Sociedade*. Ano V, nº 15, agosto/1983.